


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DISTRITAL DE IBATÉ  
 VARA ÚNICA  
 Rua Albano Buzo, 367  
 Ibaté - SP  
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0002095-32.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 11/08/2014 17:54:56 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

Irmãos Ruscito Ltda propõe ação de cobrança contra Aparecida Rosana dos Santos, cobrando R\$ 1.905,11, que teriam origem em compras que a ré efetuou no estabelecimento da autora.

A ré, citada, apresentou preliminar de prescrição e, no mais, alegou excesso na cobrança.

Houve réplica.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O caso não é de prescrição.

O prazo prescricional do art. 206, § 1º, I do CC aplica-se apenas ao caso de fornecimento de víveres para o consumo no próprio estabelecimento; não é a hipótese, em que as mercadorias são adquiridas para o consumo fora do estabelecimento.

O prazo, na hipótese em tela, é o do art. 206, § 5º, I do CC, ou seja, de 05 anos, não transcorrido.

Indo adiante, é incontroverso que a ré efetuou as aquisições indicadas na inicial e comprovadas pelos documentos que a instruem, assim como é incontroverso que não efetuou o pagamento.

A discussão recai ao termo inicial de incidência dos juros moratórios.

Tais juros moratórios incidem desde o vencimento no caso das dívidas a termo. Havendo parcelamento (vg. fls. 09), o inadimplemento de uma parcela acarreta o vencimento antecipado da outra, passando a incidir juros moratórios desde aquela que venceu primeiro e não foi paga. Não há como se conferir os cálculos da autora, de fls. 07.

Noutro giro, a inclusão de honorários advocatícios, indicada às fls. 04, é equivocada, assim como custas e despesas processuais, pois a ré é beneficiária da AJG.

Para tornar mais facilmente identificável a extensão da obrigação, procedi aos cálculos. Seguem as dívidas:

- (1) R\$ 53,13 (fls. 08), com atualização e juros desde 24/12/11;
- (2) R\$ 59,80 (fls. 09), com atualização e juros desde 19/12/11;
- (3) R\$ 229,15 (fls. 10), com atualização e juros desde 14/01/12;
- (4) R\$ 593,81 (fls. 11), com atualização e juros desde 14/01/12;
- (5) R\$ 87,27 (fls. 11/12, abaixo), com atualização e juros desde 19/12/11;

Conforme impresso a seguir, o montante devido, atualizado até setembro/2014, corresponde a R\$ 1.580,51.

Subtraído de tal valor o pagamento de R\$ 426,27 indicado na inicial, temos R\$


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DISTRITAL DE IBATÉ  
 VARA ÚNICA  
 Rua Albano Buzo, 367  
 Ibaté - SP  
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

1.154,24.

Veja-s que tal imputação é feita na presente data porque não consta nos autos a data do pagamento, e o ônus da prova do pagamento é da ré. Não pode a ré ser favorecida pela ausência de tal prova.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e condeno a ré a pagar à autora R\$ 1.154,24, com atualização monetária e juros moratórios a partir de setembro/2014 (data do cálculo efetuado pelo magistrado); como a autora decaiu de parte mínima do pedido, condeno a ré nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 500,00, observada a AJG.

Transitada em julgado, aguarde-se por 06 meses.

No silêncio, arquivem-se.

P.R.I.

Ibaté, 22 de outubro de 2014.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--